



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - SEÇÃO DE LICITAÇÕES

LICITAÇÃO N.º 60/2021 (Pregão Eletrônico)
Pregão Eletrônico – Registro de Preços
Protocolo n.º 15.349/2020 (PAD)

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) e SOCIEDADES COOPERATIVAS, exceto para os itens 16 e 22

ABERTURA DA LICITAÇÃO
DIA 08/12/2021 às 16:00 HORAS

1 - O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (UASG 070019), por meio do Pregoeiro designado pela Portaria nº 257/2019, da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR, torna público que fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, sob a forma de **REGISTRO DE PREÇOS**, tipo menor preço por **ITEM**, que será regido pela Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06, Lei nº 11.488/2007, pelos Decretos n.º 10.024/19, nº 7.892/13 e nº 8.538/15, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, e por outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, de acordo com o presente edital e anexos.

1.1 - No dia **08 (oito) de dezembro de 2021, às 16:00 horas**, horário de Brasília – DF, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, do prédio do TRE-PR, sito na Rua João Parolin nº 224, Bairro Prado Velho, Curitiba-PR, será feita a abertura do certame, **exclusivamente por meio de sistema eletrônico** do Governo Federal que promove a comunicação pela Internet (*Comprasnet* - www.comprasgovernamentais.gov.br).

1.2 – Integra-se a este edital, independente de transcrição, o Termo de Referência - Anexo I e a Ata de Registro de Preços – Anexo II.

2 - DO OBJETO

2.1 - A presente licitação destina-se à escolha da melhor proposta de preço unitário para **fornecimento de materiais de consumo, na categoria ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM**, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência - Anexo I.

3 - DO CREDENCIAMENTO ESPECÍFICO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

3.1 – Poderão participar deste certame as empresas que atenderem às condições deste edital, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas no sistema *Comprasnet*, cujo gerenciamento (órgão provedor do sistema eletrônico) é feito pelo Ministério da Economia.

3.1.1 – Com exceção dos itens 16 e 22, todos os itens são para participação exclusiva das microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, art. 6º do Decreto nº 8.538/2015 e art. 34 da Lei nº 11.488/2007, sendo que os itens 23 e 24, que correspondem a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto dos itens 16 e 22, respectivamente, referem-se à previsão de cota reservada, nos termos do art. 8º do Decreto nº 8.538/2015.

3.1.2 - A licitante deverá manter seus dados (e-mail e telefone para contato) rigorosamente atualizados.

3.2 - Somente poderão participar desta licitação pessoas jurídicas legalmente estabelecidas no País, cujo objeto social expresso no estatuto ou contrato social especifique atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação e que atendam às condições deste edital, desde que não estejam cumprindo as sanções previstas nos seguintes dispositivos legais:

- a) Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- b) Inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93, quando aplicada por este Tribunal;
- c) Inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

3.2.1 - As condições exigidas no item 3.2 serão verificadas pelo Pregoeiro em conjunto com a documentação de habilitação.

3.3 - Não poderão participar desta licitação empresas que tenham em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (art. 2º, inc. VI, da Resolução nº 07, de 18/10/2005, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/2016, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

3.3.1 - A proibição constante do item acima se estende até 06 (seis) meses, contados da abertura da licitação, após a desincompatibilização do magistrado ou servidor gerador da incompatibilidade. (art. 2º, § 3º, da Resolução nº 07, de 18/10/2005, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/2016, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

3.4 - A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada por este Tribunal, quando, no caso concreto, seja identificado risco potencial de contaminação do processo licitatório. (art. 2º, § 4º, da Resolução nº 07, de 18/10/05, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/16, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

3.5 - A licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente edital, em campo próprio do sistema eletrônico, como requisito para participação no Pregão Eletrônico.

3.5.1 - Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico ou de eventual desconexão. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná não será responsável, em nenhum caso, pelos custos de tais procedimentos.

3.6 - A licitante deverá estar inscrita no sistema eletrônico *Comprasnet*, no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.6.1 - O credenciamento far-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.6.2 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.7 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4 - ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS¹ E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 - A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, **no valor unitário de cada item**, bem como dos documentos de habilitação informados neste edital, caso haja, a partir da divulgação do edital até a data e hora da abertura da Sessão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**.

4.1.1 – Além dos documentos solicitados acima, as licitantes **deverão encaminhar, para fins de comprovação dos critérios de sustentabilidade informados no item 2.1 do Termo de Referência – Anexo I, via sistema:**

4.1.1.1 - Para o item 2 até item 15: Selo de cadeia de custódia CERFLOR ou FSC a ser comprovado mediante envio de catálogo ou site da internet ao pregoeiro por ocasião da apresentação da proposta, ou documento que comprove o selo CERFLOR ou FSC do fornecedor ou do fabricante.

¹ A licitante deverá **analisar detalhadamente** o edital (e anexos) para formular proposta/lance firme e possível de cumprimento, tendo em vista o Acórdão TCU nº 754-2015 – Plenário, que determinou instauração de processo com vistas à penalização das empresas que pratiquem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 na licitação.

4.1.1.2 – Para o item 20:

a) Comprovação do hot melt por meio de documento do fabricante que indique tratar-se de fita com hot melt.

4.1.2 - A licitante, no momento do cadastramento da proposta, deverá obrigatoriamente fazer constar a marca do produto, bem como o modelo (referência da linha de fabricação), se houver (no campo da descrição complementar), vez que diversos fabricantes possuem mais de uma linha, com um diferencial de qualidade e especificação da matéria prima utilizada.

4.1.3 - As licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no SICAF.

4.1.4 - A licitante deverá encaminhar, também, as seguintes informações cadastrais por meio do sistema, em documento eletrônico próprio (anexo), sendo vedado o seu envio no campo da descrição detalhada do objeto, sob pena de desclassificação em razão da identificação da proposta antes dos lances:

- a) Nome do representante legal que assinará o contrato ou a nota de empenho:.....
- b) Cargo que ocupa:
- c) Telefone fixo:
- d) Telefone celular:.....
- e) E-mail:
- f) Endereço completo (com CEP) para fins de faturamento:
- g) Endereço completo (com CEP) para fins de envio de correspondência:

4.1.5 - Até a abertura da Sessão Pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente apresentados.

4.2 - A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a Sessão Pública.

4.3 - Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4 - O valor unitário máximo aceitável para cada item consta no Termo de Referência, item 2.1.

4.4.1 - As propostas deverão ser apresentadas pelo valor unitário do item, sendo que aquelas selecionadas ficarão à disposição da Administração, que se valerá dos preços registrados para a aquisição dos produtos.

4.5 – A quantidade ofertada na proposta deverá corresponder ao quantitativo total estimado para cada item, conforme item 2.1 do Termo de Referência.

4.6 - Os preços propostos deverão ser finais, acrescidos de todas as despesas (frete, impostos, taxas, etc.) e conter somente duas casas decimais, não sendo admitidos valores simbólicos, irrisórios ou iguais a zero, ensejando a desclassificação.

4.7 - O CNPJ cadastrado no sistema *Comprasnet*, para fins de participação no certame, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais/faturas para posterior pagamento.

4.7.1 - Caso a licitante vencedora não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo por meio de outra unidade (matriz ou filial) da mesma empresa. Nesse caso, ambos os CNPJs deverão estar com a documentação fiscal regular.

4.8 - Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas ou anexos não solicitados, considerando-se que, pelo preço proposto, a empresa obrigará-se ao fornecimento descrito neste edital.

4.9 - As propostas terão eficácia por 90 (noventa) dias, de acordo com o art. 6º da Lei nº 10.520/02, e a vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados da data registrada no SIASG.

4.10 - Em razão do descritivo do Sistema *Comprasnet* (também reproduzido no documento "Relação de Itens") não possuir o mesmo nível de detalhamento do objeto do certame, as propostas deverão atender às especificações dispostas no descritivo constante do Termo de Referência (Anexo I) deste edital.

4.11 - Será solicitado, nesta fase, o envio eletrônico das declarações de inexistência de fato superveniente referente à habilitação, quanto a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, de cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, com atendimento às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 e de atendimento aos requisitos legais estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar 123/06 para microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa², se for o caso (conforme item 9.3 "a").

4.12 - As declarações citadas no item acima somente serão visualizadas pelo Pregoeiro na fase de habilitação.

5 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO PÚBLICA

5.1 - O Pregoeiro iniciará a Sessão Pública na data e horário previstos neste edital, via sistema eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, no prazo avençado, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente edital.

6 - DA CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS

6.1 - Após a abertura da Sessão, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente e registrando no sistema, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2 - Somente as licitantes com propostas classificadas

² art. 34 da Lei nº 11.488/2007.

participarão da fase de lances.

7 - DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 - A partir do início da Sessão Pública, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário do registro e valor.

7.1.1 - Os lances serão ofertados pelo valor **UNITÁRIO** do item.

7.2 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.2.1 - A licitante só poderá ofertar lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores de **R\$ 0,01 (um centavo de real)** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

7.3 - Em havendo dois ou mais lances de igual valor, prevalecerá o lance que for registrado em primeiro lugar.

7.4 - No transcurso da Sessão Pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

7.5 - Nesta fase o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance de valor considerado inexequível.

7.6 - Para o envio de lances será adotado o **modo de disputa aberto**, descrito a seguir:

7.6.1 - A etapa de envio de lances durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da Sessão Pública.

7.6.2 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá, sucessivamente, sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.6.3 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 7.6.1, a Sessão Pública será encerrada automaticamente

7.6.4 - Encerrada a Sessão Pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no item 7.6.2, o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

7.7 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7.1 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente

decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico usado para divulgação.

7.8 - Não se admitirá proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, ensejando a desclassificação.

7.9 - Os preços apresentados deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado, sendo que a apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

8 - DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1 - Encerrada a etapa de envio de lances da Sessão Pública, o Pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

8.2 - Caso haja propostas apresentadas por microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas, relativamente aos itens 13 e 16, iguais ou até 5% superiores à proposta detentora do melhor lance e não sendo esta ME, EPP ou cooperativa, será assegurada preferência de contratação, respeitado o que segue:

- a) A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa melhor classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor lance, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento dos lances, controlados pelo sistema, sob pena de preclusão.
- b) Caso o lance ofertado, conforme condições do item anterior, seja inferior ao menor lance original, o objeto será adjudicado em favor da microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, se habilitada.
- c) Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME, EPP ou cooperativas que se enquadrem na condição prevista, na ordem classificatória, para a manifestação do mesmo direito.
- d) Caso o empate persista até o encerramento do item, o Sistema fará um sorteio eletrônico entre os fornecedores envolvidos, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final de desempate.

8.2.1 - Na hipótese de nenhuma empresa classificada (microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativas) exercer o direito de preferência, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, conforme item 8.3 e seguintes.

8.2.2 – Para os itens cuja participação é exclusiva para ME, EPP ou COOPERATIVAS (todos os itens, exceto os itens 16 e 22), desconsidera-se o contido no item 8.2, sendo o objeto adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, conforme item 8.4 e seguintes.

8.3 – O não encaminhamento dos documentos solicitados no item 4.1.1, deste edital, ou sua não aprovação ensejará à desclassificação, sendo convocada a licitante classificada em 2º lugar para atender ao disposto acima e assim sucessivamente.

8.3.1 – A licitante deverá encaminhar os documentos constantes no item 4.1.1 devidamente configurados, e em formato para impressão.

8.4 - O Pregoeiro efetuará a aceitação, classificando a proposta de **MENOR PREÇO UNITÁRIO DO ITEM**.

8.4.1 – Não será aceita proposta cujo quantitativo ofertado seja inferior ao estabelecido no item 2.1 do Termo de Referência – Anexo I.

8.4.2 - Para a aceitação da proposta, a licitante deverá atentar para o fato de que todos os valores deverão **conter, OBRIGATORIAMENTE, apenas duas casas decimais**.

8.4.3 - Caso a proposta da licitante não contenha apenas duas casas decimais, o Pregoeiro efetuará a referida adequação.

8.5 - Para os itens com cota reservada:

8.5.1 – Em atendimento § 3º do art. 8º do Decreto 8.538/2015, se a mesma empresa se sagrar vencedora para a cota principal (itens 16 e 22) e para a cota reservada (itens 23 e 24, respectivamente), a contratação de ambos os itens ocorrerá pelo menor preço.

8.5.2 - Não havendo vencedor para a cota reservada (itens 23 e 24), o Pregoeiro oportunizará, via chat, ao vencedor da cota principal (itens 16 e 22), que manifeste-se sobre o interesse em fornecer o quantitativo integral (cota principal + cota reservada).

8.5.3 - Caso o vencedor da cota principal não tenha interesse em fornecer a totalidade dos produtos, o Pregoeiro oportunizará aos licitantes remanescentes, em ordem de classificação, que manifestem o seu interesse, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

8.5.4 - Nos casos dispostos nos itens 8.5.2 e 8.5.3 os licitantes que manifestaram interesse em absorver o quantitativo da cota reservada, terão o quantitativo total registrado na Ata de Registro de Preços, para eventuais aquisições.

8.6 - Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito, ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do **menor preço unitário do item** e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

8.6.1 - Ocorrendo a hipótese anterior, o Pregoeiro negociará com a licitante, no sentido de se obter melhor preço.

8.7 – Serão desclassificadas as propostas de preços que:

a) não atenderem às exigências deste edital;

b) apresentarem, após a fase de lances ou negociação, valores superiores aos estabelecidos para a presente contratação ou preços manifestadamente inexequíveis.

8.7.1 – Considerar-se-ão preços manifestamente inexequíveis, de que trata o item anterior, aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes

para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

8.7.2 – Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

9 - DA HABILITAÇÃO

9.1 – Em conjunto com o exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, conforme disposto no item 3.2.1, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 - SICAF;

9.1.2 - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica - Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

9.1.3 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2 - Para habilitação na presente licitação, a licitante deverá estar cadastrada no SICAF, com a documentação regularizada, comprovando regularidade para com a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Justiça do Trabalho, nos termos do art. 29 da Lei nº 8.666/93, sendo a comprovação desta habilitação obtida *on line* pelo Pregoeiro, que verificará a validade dos documentos.

9.2.1 - Caso conste no cadastro do SICAF algum documento habilitatório com data de validade expirada, o Pregoeiro poderá consultar o documento da licitante vencedora nas páginas (sítios) das entidades responsáveis pelo referido tributo.

9.2.1.1 – Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de ela se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a anexar, em campo próprio do Sistema *Comprasnet*, no prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação³.

9.2.2 – Para as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.2.2.1 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração convocar as licitantes

³ Conforme IN 03/2018 SICAF.

remanescentes, na ordem de classificação.

9.2.3 - No caso de sociedades cooperativas deverão ser apresentados, ainda:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- f) ata da sessão em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- g) relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos para a contratação e execução do contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI do art.4º, inciso I do art. 21 e §§ 2º a 6º do art. 42 da Lei nº 5.764 de 1971;
- h) a declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI) de cada um dos cooperados relacionados;
- i) a comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- j) o registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- k) a comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- l) a comprovação do envio do Balanço Geral e o Relatório do Exercício Social ao órgão de controle, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764 de 1.971.

9.3 - Além do cadastro no SICAF, exigir-se-á das licitantes:

a) as declarações de inexistência de fato superveniente referente à habilitação, do cumprimento ao disposto no artigo 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal, quanto a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, e declaração de cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, com atendimento às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e declaração de atendimento aos requisitos legais para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa⁴, se for o caso (tal exigência será feita no momento da elaboração e envio da proposta, por meio eletrônico, conforme item 4.11).

9.4 - Os documentos complementares à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, deverão ser encaminhados em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

9.5 - Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, o Pregoeiro considerará a licitante inabilitada, a qual poderá sofrer as sanções cabíveis.

9.6 - Após a homologação correspondente, os preços serão registrados para futura utilização pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

⁴ Art. 34 da Lei nº 11.488/2007

9.7 - Os demais procedimentos da fase externa do Pregão correrão conforme o disposto na Lei nº 10.520/02, artigo 4º e seus incisos.

10 - DA POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DE PREÇOS E FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1 – O Cadastro de Reserva será formado por meio do registro das licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos da licitante vencedora, para futura contratação, no caso da impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata, atendendo ao disposto no art. 11 do Decreto nº 7.892/2013.

10.1.1 – A convocação para formação do Cadastro de Reserva será feita por meio de *email*, gerado pelo próprio Sistema *Comprasnet*.

10.1.2 – Ao final do processo, o referido Cadastro de Reserva poderá ser visualizado na consulta pública de visualização da Ata, juntamente com as demais informações como “Resultado por Fornecedor”, “Declarações”, “Termo de Homologação”, etc.

10.2 - A apresentação de novas propostas na forma do item 10.1 não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante melhor classificada.

10.3 - Quando houver a necessidade de contratação, serão observados os procedimentos de aceitabilidade das propostas bem como avaliadas as condições de habilitação das licitantes, conforme itens 8 e 9 deste edital.

11 - DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

11.1. – O prazo para envio de pedidos de esclarecimentos é de até 03 (três) dias úteis anteriores à data da abertura da Sessão.

11.2 – O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido.

11.3 – As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

11.4 - Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital, por meio eletrônico, pelo *e-mail* cpl@tre-pr.jus.br sendo necessário que o arquivo seja encaminhado na extensão “.doc”, possibilitando a inserção no sistema *Comprasnet* pelo Pregoeiro.

12 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - Após a homologação, o gestor da contratação convocará a licitante vencedora para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação.

12.1.1 - O prazo para a assinatura estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado e aceito por este Tribunal.

12.2 - No caso da licitante vencedora, bem como as licitantes que reduziram seus preços, nos termos do item 10, após convocadas, não comparecerem ou se recusarem a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste Edital e seus Anexos, a Administração poderá convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições.

12.3 - A Ata de Registro de Preços terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

12.4 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, não cabendo direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se, ao beneficiário do registro, preferência em igualdade de condições.

12.5 - Observados os critérios e condições estabelecidas no presente edital, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração, observadas as condições do edital e o preço registrado.

12.6 - Não será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes.

13 - DA ATA COMPLEMENTAR

13.1 - Na hipótese da empresa vencedora não aceitar a nota de empenho ou se recusar a cumprir o objeto nos termos definidos no edital, será possível, mediante a geração de Ata Complementar, a aplicação do procedimento previsto no artigo 4.º, incisos XVI e XXIII da Lei nº 10.520/02.

13.2 - As empresas citadas acima, inadimplentes, não estarão isentas das penalidades previstas no edital.

14 - DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

14.1 - A despesa com a presente licitação correrá à conta do Programa de Trabalho Julgamento de causas e gestão administrativa. Categoria Econômica: Custeio.

14.2 - Após a indicação da empresa vencedora pelo Pregoeiro e devidamente autorizada pela Diretoria Geral, a Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, procederá à emissão da NOTA DE EMPENHO, notificando-a para que manifeste o aceite respectivo.

14.2.1 - A empresa deverá manifestar o aceite da Nota de Empenho, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado do comunicado feito pelo TRE/PR.

14.2.2 - Não ocorrendo aceite da Nota de Empenho no prazo determinado no item 14.2.1, injustificadamente, a empresa estará sujeita às penalidades cabíveis.

15 - DO PAGAMENTO

15.1 - Do documento fiscal: O documento fiscal poderá ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado, previamente à entrega, por e-mail (slmc@tre-pr.jus.br), em formato “.pdf”. O documento físico deverá acompanhar a entrega do produto, junto com a cópia da Nota de Empenho.

15.1.1 - Estar de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho, bem como, apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado e habilitado na licitação e constante nos documentos entregues.

15.1.2 - Outras especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- a) CNPJ da Contratada;
- b) CNPJ do TRE: 03.985.113/0001-81;
- c) Data de emissão da nota fiscal;
- d) Descritivo dos valores unitário e total;
- e) Dados bancários para créditos Banco, Agência e Conta-Corrente, a qual deverá ser obrigatoriamente da própria contratada.

15.1.3 - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

15.2 - Das condições do pagamento:

15.2.1 - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

15.2.1.1 - O prazo para atestado da Nota Fiscal é de até **05 (cinco) dias úteis** a partir do aceite da mesma pelo gestor da contratação, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências editalícias.

15.2.1.2 - O prazo para pagamento da Nota Fiscal é de até **20 (vinte) dias corridos** após o atestado da mesma pelo fiscal designado para a contratação.

15.2.1.3 - Se o valor da nota fiscal for de até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos), o prazo para pagamento será de 5 (cinco) dias úteis após o atestado realizado pelo fiscal da contratação, conforme o disposto no art. 5º, § 3º da Lei nº 8.666/93.

15.2.1.4 - Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento e, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal do interessado, que serão calculados por meio da aplicação da fórmula **EM = I x N x VP**, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = $i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%);

I = $(6/100)/365$.

15.2.1.5 - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.2.2 - O gestor da contratação procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho e no edital, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo naquela hipótese prevista no item 4.7.1.

15.2.3 - Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

15.2.4 - O TRE-PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à Contratada, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste edital e/ou anexo(s).

15.3 - Da regularidade fiscal:

15.3.1 - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da Contratada em vigor na data do pagamento.

15.3.1.1 - A Contratada, inadimplente quanto à regularidade fiscal, estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

15.3.1.1.1 - Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo(s)

15.3.1.2 - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

- a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;
- b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;
- c) por meio da apresentação de documentação, pela Contratada, anexada ao documento fiscal.

15.3.1.3 - O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

15.3.2 - Caso a Contratada esteja inadimplente quanto à documentação habilitatória, necessária para que o Contratante efetive/formalize cada pedido de aquisição do objeto, estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor do Contrato, visando regularizar a documentação, sob pena de ser aplicada a sanção de Advertência. Permanecendo a inadimplência, poderá haver o cancelamento do RP com aplicação das demais sanções cabíveis

16 - DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

16.1 - Da substituição tributária:

16.1.1 - Serão feitas as retenções tributárias federais e municipais incidentes sobre a contratação, conforme art. 64 da Lei nº 9.430/96, INs RFB nº 971/09 e nº 1234/12, Leis Complementares nº 116/03 e nº 123/06, conforme o objeto da contratação.

16.2 - Dos tributos federais:

16.2.1 - Será efetuada a retenção dos tributos federais aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual constante da Tabela de Retenção da IN RFB nº 1234/12.

16.2.2 - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), não haverá a retenção de que trata o item acima.

16.2.3 - A nota fiscal, cuja empresa contratada seja Optante do SIMPLES, deverá estar acompanhada da Declaração, nos termos do caput do art. 6º da IN RFB nº 1234/12 - anexo IV.

16.3 - Quanto à incidência das retenções prevalecerá sempre a legislação vigente, mesmo que venham a contrariar as disposições acima, conforme sua incidência ou não sobre o objeto contratado.

17 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 – Durante a fase externa da licitação⁵, os licitantes estarão sujeitos à(s) penalidade(s) prevista(s) no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, que dispõe que: *“quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.”*

17.2 - As licitantes que praticarem as seguintes condutas, injustificadamente, estarão sujeitas à sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, citada no item anterior, pelo prazo a seguir fixado:

- a) Solicitar a desclassificação de sua proposta, após a etapa de lances: 01 (um) mês;
- b) Deixar de entregar documentos exigidos na fase de aceitação da proposta: 02 (dois) meses;
- c) Deixar de entregar documentos durante a fase de habilitação: 03 (três) meses.

17.2.1 - Poderá ser aplicada a penalidade de advertência às faltas leves, de menor gravidade, que não acarretarem prejuízo de monta ao

⁵ Conforme entendimento firmado pelo TCU, no Acórdão nº 754/2015 – Plenário.

interesse do serviço.

17.3 - Nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02, fica a licitante vencedora sujeita às penalidades previstas na minuta da Ata de Registro de Preços (minuta anexa a este edital).

17.4 - Pela recusa em assinar a Ata de Registro de Preços, a licitante vencedora estará sujeita à aplicação de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total homologado.

17.5 - As multas imputadas à Contratada cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia⁶ e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IGP-M ou outro índice que por ventura venha a substituí-lo.

18 - DOS RECURSOS

18.1 - Das decisões proferidas pelo Pregoeiro, caberão recursos nos termos do artigo 44 e parágrafos do Decreto nº 10.024/2019.

18.2 - A empresa licitante poderá apresentar razões do recurso no prazo de 3 (três) dias, no momento da divulgação do vencedor desde que manifestado imediata e motivadamente a intenção de recorrer, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos, na Sala de Licitações do prédio do TRE/PR.

18.2.1 - Os procedimentos citados no item anterior serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico.

18.3 - A falta de manifestação imediata e motivada importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

18.4 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.5 - Os recursos administrativos correspondentes à fase contratual correrão de acordo com os procedimentos especificados no artigo 109 da lei nº 8.666/93.

19 - DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 – O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, nos termos do art. 47 do Decreto nº 10.024/2019.

19.2 - Para efeito de envio de documentos a serem inseridos no sistema *Comprasnet*, considera-se o horário das 12h às 18h.

⁶Portaria nº 75 do Ministério da Fazenda (atual Ministério da Economia), publicada em 22/03/2012 – artigo 1.º, inciso I.

19.3 - No caso de processo administrativo e durante o seu transcurso, as notificações às empresas poderão ser efetivadas por meio eletrônico, tais como e-mail ou aplicativo *Whatsapp*, presumindo-se eficaz a sua realização com o aviso de confirmação de recebimento do documento.

19.4 - Este Tribunal reserva-se o direito de optar pela adjudicação à empresa colocada em segundo lugar, e assim, sucessivamente, se a primeira colocada não apresentar os documentos exigidos ou não atender as qualificações do presente edital, sujeitando-se a empresa recusante às penalidades legais cabíveis.

19.5 - O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná poderá anular ou revogar a presente licitação, no todo ou em parte, conforme previsto em lei.

20 - INFORMAÇÕES

20.1 - Será possível a realização do *download* de todos os arquivos pertinentes a este edital pela internet, *home page*: www.tre-pr.jus.br.

20.2 - Outras informações e esclarecimentos relativos à licitação e condições poderão ser obtidas na Rua João Parolin nº 224.

- Pregoeiro/Equipe de Apoio: pelo telefone (41) 3330-8741 ou e-mail cpl@tre-pr.jus.br.
- Seção de Licitações: pelos telefones (41) 3330-8598 / 3330-8753 / 3072-4796 ou e-mail slic@tre-pr.jus.br.

20.2.1 - O horário para atendimento é de segunda a sexta-feira das 12h às 18hs.

Curitiba, 25 de novembro de 2021.

Julian Veloso Pugh
Pregoeiro

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1 – DO OBJETO

1.1 – Registro de preços para contratação de empresa para fornecimento de materiais de consumo, na categoria ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral, conforme especificações descritas no presente Termo de Referência.

2 - DAS ESPECIFICAÇÕES, CARACTERÍSTICAS E RECEBIMENTO

2.1 – Poderão ser adquiridos os itens conforme quantitativos, características e especificações a seguir:

ITEM	DESCRIPTIVO/ MATERIAL	Unidade de medida	QTDE	Preço Máximo Unitário Aceitável (R\$)
1	<p>BARBANTE DE ALGODAO</p> <p>Material: algodão cru; Cor: cru; Peso líquido: 250g (excluindo-se o peso do tubo); Prazo de validade: Indeterminado; Características adicionais: composto de 8 fios; Unidade de medida: rolo; Código SIASG: 306725.</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. Material em algodão, facilmente absorvido pelo ambiente após o descarte final, sem prejuízos ao meio ambiente. 2. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p>	rolo	150	12,62
2	<p>CAIXA DE PAPELÃO PARA EMBALAGEM (PADRÃO ARMÁRIO 01) sem impressão</p> <p>Tipo: Ondulado; Modelo: Maleta Normal; Parede: Simples; Material: Papelão kraft/kraft; Gramatura: 420g/m2 - com variação de no máximo 3%; Coluna Mínima: 4,5 kgf; Junta: Colada; Medida Interna: 400mm de comprimento x 320mm de largura x 200mm de altura; Impressão: nenhuma; Capas: internas e externas não poderão ser recicladas; Embalagem: cintadas com 25 unidades; Unidade de medida: unidade; Código SIASG: 266295.</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. Certificação FSC para o papel kraft utilizado na sua produção. 2. Material com matéria-prima papel, passível de coleta seletiva.</p> <p>Documentação exigida: 1. Selo de cadeia de custódia CERFLOR ou FSC a ser comprovado mediante envio de catálogo ou site da internet ao pregoeiro por ocasião da apresentação da proposta, ou documento que comprove o selo CERFLOR ou FSC do fornecedor ou do fabricante.</p>	unidade	500	5,59

3	<p>CAIXA DE PAPELÃO PARA EMBALAGEM (PADRÃO CORREIO) sem impressão</p> <p>Tipo: corte e vinco; Modelo: conforme desenho abaixo; Parede: simples; Material: papelão, capa externa em papelão kraft pardo proveniente de reflorestamento, miolo e capa interna em papelão reciclado; Gramatura: mínima de 450 g/m² - com variação de no máximo 3%; Coluna mín.: de 5,0 kgf/cm²; Onda: C; Medida interna: 336mm de comprimento x 270mm de largura x 140mm de altura; Impressão: sem impressão; Capas: internas em papelão reciclado; Embalagem: em embalagens cintadas c/ 25 unidades; Unidade de medida: unidade; Código SIASG: 266481.</p> <p>Critério de Sustentabilidade:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Certificação FSC para o papel kraft utilizado na sua produção. 2. Material que contém papel reciclado na sua composição (miolo e capa interna em papel reciclado). 3. Material com matéria-prima papel, passível de coleta seletiva. <p>Documentação exigida:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Selo de cadeia de custódia CERFLOR ou FSC a ser comprovado mediante envio de catálogo ou site da internet ao pregoeiro por ocasião da apresentação da proposta, ou documento que comprove o selo CERFLOR ou FSC do fornecedor ou do fabricante. 	unidade	600	8,91
4	<p>CAIXA DE PAPELÃO PARA EMBALAGEM (PADRÃO CPU 01) com impressão</p> <p>Tipo: Ondulado; Modelo: Maleta Normal; Parede: Dupla; Material: Papelão Kraft/Kraft; Gramatura: : 720g/m² - com variação de no máximo 3%; Coluna Mínima: 7,0 kg; Junta: Grampeada; Medida Interna: 450mm de comprimento x 380mm de largura x 200mm de altura; Impressão: 01 cor (Preta) com dizeres e brasão da República "JUSTIÇA ELEITORAL DO PARANÁ", os dizeres serão impressos nas duas maiores faces laterais da caixa. A arte da impressão da caixa será disponibilizada por ocasião da emissão da nota de empenho; Capas: internas e externas não poderão ser recicladas; Alça Lateral: Caixa com furo alça nas duas laterais; Embalagem: cintadas com 10 unidades; Unidade de medida: unidade; Código SIASG: 378508.</p> <p>Critério de Sustentabilidade:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Certificação FSC para o papel kraft utilizado na sua produção. 2. Material com matéria-prima papel, passível de coleta seletiva. <p>Documentação Exigida:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Selo de cadeia de custódia CERFLOR ou FSC a ser comprovado mediante envio de catálogo ou site da internet ao pregoeiro por ocasião da apresentação da proposta, ou documento que comprove o selo CERFLOR ou FSC do fornecedor ou do fabricante. 	unidade	1.000	10,51
5	<p>CAIXA DE PAPELÃO PARA EMBALAGEM (PADRÃO IMPRESSORA SGCA) com impressão</p> <p>Tipo: ondulada; Modelo: maleta normal; Parede: dupla; Material: Papelão Kraft/Kraft; Gramatura: 720g/m² - com variação de no máximo 3%; Coluna mínima: 7,0 kgf; Junta: grampeada; Medidas: 500mm de comprimento X 550mm de largura X 460mm de altura; Impressão: 01 cor (Preta) com dizeres e brasão da República "JUSTIÇA ELEITORAL DO PARANÁ", os dizeres serão impressos nas duas maiores faces laterais da caixa. A arte da impressão da caixa será disponibilizada por ocasião da emissão da nota de empenho; Capa: internas e externas não poderão ser recicladas; Alça Lateral: Caixa com furo alça nas duas laterais; Embalagem: cintadas com 10 unidades; Unidade de medida: unidade; Código SIASG: 378508.</p>	unidade	800	26,31

	<p>Critério de Sustentabilidade: 1. Certificação FSC para o papel kraft utilizado na sua produção. 2. Material com matéria-prima papel, passível de coleta seletiva.</p> <p>Documentação Exigida para Comprovação do Certificado: 1. Selo de cadeia de custódia CERFLOR ou FSC a ser comprovado mediante envio de catálogo ou site da internet ao pregoeiro por ocasião da apresentação da proposta, ou documento que comprove o selo CERFLOR ou FSC do fornecedor ou do fabricante.</p>			
6	<p>CAIXA DE PAPELAO PARA EMBALAGEM (PADRAO NOBREAK - SGEM) com impressão</p> <p>Tipo: ondulada; Modelo: maleta normal; Parede: dupla; Material: Papelão kraft/kraft; Gramatura: 720g/m2 - com variação de no máximo 3%; Coluna mínima: 7,0 kgf; Junta: grampeada; Medida interna: 450mm de comprimento x 210mm de largura x 170mm de altura; Impressão: 01 cor (Preta) com dizeres e brasão da República "JUSTIÇA ELEITORAL DO PARANÁ", os dizeres serão impressos nas duas maiores faces laterais da caixa. A arte da impressão da caixa será disponibilizada por ocasião da emissão da nota de empenho; Capas: internas e externas não poderão ser recicladas; Embalagem: cintadas com 10 unidades; Unidade de medida: unidade; Código SIASG: 378508.</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. Certificação FSC para o papel kraft utilizado na sua produção. 2. Material com matéria-prima papel, passível de coleta seletiva.</p> <p>Documentação Exigida: 1. Selo de cadeia de custódia CERFLOR ou FSC a ser comprovado mediante envio de catálogo ou site da internet ao pregoeiro por ocasião da apresentação da proposta, ou documento que comprove o selo CERFLOR ou FSC do fornecedor ou do fabricante.</p>	unidade	800	5,38
7	<p>CAIXA DE PAPELAO PARA EMBALAGEM (PADRÃO PRATELEIRA 1) sem impressão</p> <p>Tipo: ondulado; Modelo: maleta normal, conforme desenho abaixo; Parede: simples; Material: Papelão Kraft/Kraft; Gramatura: 420g/m2 - com variação de no máximo 3%; Coluna: mínima 4,5 kgf; Junta: colada; Medidas: 420mm de comprimento x 300mm de largura x 240mm de altura; Impressão: nenhuma; Capas internas e externas: não poderão ser recicladas; Unidade de medida: unidade; Código SIASG: 378508.</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. Certificação FSC para o papel kraft utilizado na sua produção. 2. Material com matéria-prima papel, passível de coleta seletiva.</p> <p>Documentação Exigida: 1. Selo de cadeia de custódia CERFLOR ou FSC a ser comprovado mediante envio de catálogo ou site da internet ao pregoeiro por ocasião da apresentação da proposta, ou documento que comprove o selo CERFLOR ou FSC do fornecedor ou do fabricante.</p>	unidade	200	5,48
8	<p>CAIXA DE PAPELÃO PARA EMBALAGEM (PADRÃO PRATELEIRA 02) sem impressão</p> <p>Tipo: Ondulado; Modelo: Maleta Normal, conforme desenho abaixo; Parede: Simples; Material: papelão Kraft/Kraft; Material: Papelão Kraft/Kraft; Gramatura: 420g /m2 - com variação de no máximo 3%; Coluna Mínima: 4,5 kgf; Junta: Colada; Medida Interna: 450mm de comprimento x 200mm de largura x 160mm de altura; Impressão: nenhuma; Capas: internas e externas não poderão ser recicladas; Embalagem: cintadas com 25 unidades; Unidade de medida: unidade; Código SIASG: 378508.</p>	unidade	750	3,53

	<p>Critério de Sustentabilidade: 1. Certificação FSC para o papel kraft utilizado na sua produção. 2. Material com matéria-prima papel, passível de coleta seletiva.</p> <p>Documentação Exigida: 1. Selo de cadeia de custódia CERFLOR ou FSC a ser comprovado mediante envio de catálogo ou site da internet ao pregoeiro por ocasião da apresentação da proposta, ou documento que comprove o selo CERFLOR ou FSC do fornecedor ou do fabricante</p>			
9	<p>CAIXA DE PAPELÃO PARA EMBALAGEM (PADRÃO REMESSA 1) com impressão Tipo: Ondulado; Modelo: maleta normal, conforme desenho abaixo; Parede: dupla; Material: papelão kraft/kraft; Gramatura: 720g/m2 - com variação de no máximo 3%; Coluna mínima: 7,0 kgf; Junta: grampeada; Medidas: 600mm de comprimento x 350mm de largura x 400mm de altura; Impressão: 01 cor (Preta) com dizeres e brasão da República "JUSTIÇA ELEITORAL DO PARANÁ", os dizeres serão impressos nas duas maiores faces laterais da caixa. A arte da impressão da caixa será disponibilizada por ocasião da emissão da nota de empenho; Capas: internas e externas não poderão ser recicladas; Alça Lateral: : caixa com furo alça nas duas laterais; Embalagens: cintadas com 10 unidades cada; Unidade de medida: unidade; Código SIASG: 378508.</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. Certificação FSC para o papel kraft utilizado na sua produção. 2. Material com matéria-prima papel, passível de coleta seletiva.</p> <p>Documentação Exigida: 1. Selo de cadeia de custódia CERFLOR ou FSC a ser comprovado mediante envio de catálogo ou site da internet ao pregoeiro por ocasião da apresentação da proposta, ou documento que comprove o selo CERFLOR ou FSC do fornecedor ou do fabricante.</p>	unidade	1.200	16,33
10	<p>CAIXA DE PAPELÃO PARA EMBALAGEM (PADRÃO REMESSA 2) sem impressão Tipo: ondulado; Modelo: maleta normal; Parede: simples; Material: papelão kraft/kraft; Gramatura: 420g/m2 - com variação de no máximo 3%; Coluna mínima: 5 kgf; Junta: colada; Medidas: 300mm de comprimento x 300mm de largura x 300mm de altura; Impressão: nenhuma; Embalagens: cintadas com 25 unidades cada; Unidade de medida: unidade; Código SIASG: 378508.</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. Certificação FSC para o papel kraft utilizado na sua produção. 2. Material com matéria-prima papel, passível de coleta seletiva.</p> <p>Documentação Exigida: 1. Selo de cadeia de custódia CERFLOR ou FSC a ser comprovado mediante envio de catálogo ou site da internet ao pregoeiro por ocasião da apresentação da proposta, ou documento que comprove o selo CERFLOR ou FSC do fornecedor ou do fabricante.</p>	unidade	1.000	4,97
11	<p>CAIXA DE PAPELÃO PARA EMBALAGEM (padrão CPU 2) com impressão Tipo: Ondulado; Modelo: Maleta Normal; Parede: Dupla; Material: Papelão Kraft/Kraft; Gramatura: 720g/m2 - com variação de no máximo 3%; Coluna Mínima: 7,0 kgf; Junta: Grampeada; Medida Interna: 520mm de comprimento x 520mm de largura x 300mm de altura; Impressão: 01 cor (Preta) com dizeres e brasão da República "JUSTIÇA ELEITORAL DO PARANÁ", os dizeres serão impressos nas duas maiores faces laterais da caixa. A arte da impressão da caixa será disponibilizada por ocasião da emissão da nota de empenho; Capas: internas e externas não poderão ser recicladas;</p>	unidade	360	19,03

	<p>Alça Lateral: Caixa com furo alça nas duas laterais; Embalagem: cintadas com 10 unidades; Unidade de medida: unidade; Código SIASG: 378508.</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. Certificação FSC para o papel kraft utilizado na sua produção. 2. Material com matéria-prima papel, passível de coleta seletiva.</p> <p>Documentação Exigida: 1. Selo de cadeia de custódia CERFLOR ou FSC a ser comprovado mediante envio de catálogo ou site da internet ao pregoeiro por ocasião da apresentação da proposta, ou documento que comprove o selo CERFLOR ou FSC do fornecedor ou do fabricante.</p>			
12	<p>CAIXA DE PAPELÃO PARA EMBALAGEM (PADRÃO LQ 590 – SGEM) com impressão</p> <p>Tipo: Ondulada; Modelo: Maleta Normal; Parede: Dupla; Material: Papelão Kraft/Kraft; Gramatura: 720g/m2 - com variação de no máximo 3%; Coluna Mínima: 7,0 kgf; Junta: Grampeada; Medida Interna: 500mm de comprimento x 420mm de largura x 250mm de altura; Impressão: 01 cor (Preta) com dizeres e brasão da República "JUSTIÇA ELEITORAL DO PARANÁ", os dizeres serão impressos nas duas maiores faces laterais da caixa. A arte da impressão da caixa será disponibilizada por ocasião da emissão da nota de empenho; Capas: internas e externas não poderão ser recicladas; Alça Lateral: Caixa com furo alça nas duas laterais; Embalagem: cintadas com 10 unidades; Unidade de medida: unidade; Código SIASG: 378508.</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. Certificação FSC para o papel kraft utilizado na sua produção. 2. Material com matéria-prima papel, passível de coleta seletiva.</p> <p>Documentação Exigida: 1. Selo de cadeia de custódia CERFLOR ou FSC a ser comprovado mediante envio de catálogo ou site da internet ao pregoeiro por ocasião da apresentação da proposta, ou documento que comprove o selo CERFLOR ou FSC do fornecedor ou do fabricante.</p>	unidade	360	14,02
13	<p>CAIXA DE PAPELÃO PARA EMBALAGEM - com impressão</p> <p>Tipo: Ondulado; Modelo: Maleta Normal, conforme desenho abaixo; Parede: Dupla; Material: Papelão Kraft/Kraft; Gramatura: 720g/m2 - com variação de no máximo 3%; Coluna Mínima: 7,0 kgf; Junta: Grampeada; Medida Interna: 460mm de comprimento x 440mm de largura x 380mm de altura; Impressão: 01 cor (Preta) com dizeres e brasão da República "JUSTIÇA ELEITORAL DO PARANÁ", os dizeres serão impressos nas duas maiores faces laterais da caixa. A arte da impressão da caixa será disponibilizada por ocasião da emissão da nota de empenho; Capas: internas e externas não poderão ser recicladas; Alça Lateral: Caixa com furo alça nas duas laterais; Embalagem: cintadas com 10 unidades; Unidade de medida: unidade; Código SIASG: 255999.</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. Certificação FSC para o papel kraft utilizado na sua produção. 2. Material com matéria-prima papel, passível de coleta seletiva.</p> <p>Documentação Exigida: 1. Selo de cadeia de custódia CERFLOR ou FSC a ser comprovado mediante envio de catálogo ou site da internet ao pregoeiro por ocasião da apresentação da proposta, ou documento que comprove o selo CERFLOR ou FSC do fornecedor ou do fabricante.</p>	unidade	468	16,62
14	<p>CAIXA DE PAPELÃO PARA EMBALAGEM - (PADRÃO CAMPANHA)</p> <p>Tipo: Ondulado</p>	unidade	1,000	4,33

	<p>Modelo: corte e vinco Parede: Simples Material: papelão kraft/kraft; Gramatura: 460g Coluna Mínima: 5,0 kgf Medida Interna: 400mm de comprimento x 300mm de largura x 100mm de altura Impressão: 01 cor (Preta) com dizeres e brasão da República "JUSTIÇA ELEITORAL DO PARANÁ", os dizeres serão impressos nas duas maiores faces laterais da caixa. A arte da impressão da caixa será disponibilizada por ocasião da emissão da nota de empenho; Capas: internas e externas não poderão ser recicladas; Embalagem: cintadas com 25 unidades; Unidade de Medida: unidade Código SIASG: 404717</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. Certificação FSC para o papel kraft utilizado na sua produção. 2. Material com matéria-prima papel, passível de coleta seletiva.</p> <p>Documentação Exigida: 1. Selo de cadeia de custódia CERFLOR ou FSC a ser comprovado mediante envio de catálogo ou site da internet ao pregoeiro por ocasião da apresentação da proposta, ou documento que comprove o selo CERFLOR ou FSC do fornecedor ou do fabricante.</p>			
15	<p>CAIXA DE PAPELAO PARA EMBALAGEM (PADRAO ARMARIO 2)</p> <p>Tipo: Ondulado; Modelo: Maleta Normal; Parede: Simples; Material: papelão kraft/kraft; Gramatura: 420g; Coluna Mínima: 4,5 kgf; Junta: Colada; Medida Interna: 24 X 20 X 10 CM Impressão: nenhuma; Capas: internas e externas não poderão ser recicladas; Embalagem: cintadas com 25 unidades. Unidade de Medida: Unidade Código SIASG: 404717</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. Certificação FSC para o papel kraft utilizado na sua produção. 2. Material com matéria-prima papel, passível de coleta seletiva.</p> <p>Documentação Exigida: 1. Selo de cadeia de custódia CERFLOR ou FSC a ser comprovado mediante envio de catálogo ou site da internet ao pregoeiro por ocasião da apresentação da proposta, ou documento que comprove o selo CERFLOR ou FSC do fornecedor ou do fabricante.</p>	unidade	500	2,24
16	<p>CAIXA ORGANIZADORA</p> <p>Material: polipropileno Tipo: corrugado (tipo polionda); Gramatura: de 500gr/m²- com variação de no máximo 3%; Características adicionais: desmontável, composta por base mais tampa. Tampa: confeccionada na sua lateral em paredes duplas com duas travas. Base: totalmente desmontável, encaixada dentro da tampa e com pegadores plásticos injetados em duas laterais; Medidas aproximadas: de 485mm X 335mm X 200mm; COR: A ser definida na apresentação do pedido/nota de empenho, podendo ser amarelo, azul ou verde; Unidade de medida: unidade; Código SIASG: 378508.</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. Compra feita com apenas um item na licitação, com opção para cores após o aceite da nota de empenho, tornando o processo mais ágil; 2. Material confeccionado em plástico, e portanto passível de coleta seletiva.</p> <p>(ITEM PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO)</p>	unidade	4.500	52,84
17	<p>CARTUCHO/SACO DE PAPEL KRAFT PARA 2KG - embalagem primária</p> <p>Material: papel kraft liso, fibra virgem, não reciclado; Tamanho fechado: altura: 30 cm – largura: 12 cm; Gramatura: 80g/m²; Cor: parda; Unidade de medida: pacote com 500 sacos;</p>	Pacote com 500	100	34,73

	<p>Código SIASG: 445158.</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. Material com matéria-prima papel, passível de coleta seletiva. 2. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p>			
18	<p>CARTUCHO/SACO DE PAPEL KRAFT PARA 1KG</p> <p>Material: papel kraft liso, não reciclado; Tamanho fechado: altura: 24cm – largura: 10 cm; Gramatura: 80g/m2; Cor: parda; Unidade de medida: pacote com 500 sacos; Código SIASG: 457813.</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1.. Material com matéria-prima papel, passível de coleta seletiva. 2. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p>	Pacote com 500	100	25,21
19	<p>CORDA AMARRAÇÃO DE CARGA EM TRANSPORTE DE MATERIAIS</p> <p>Diâmetro: 4,0 mm; Composição: capa e alma 100% poliéster (pet); Cor: preta, azul ou vermelha; Unidade de medida: Rolo com 220 metros; Ruptura: 137 kgf/m; Código SIASG: 228471.</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. Material passível de coleta seletiva para posterior reciclagem. 2. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p>	Rolo com 220 metros	15	90,29
20	<p>FITA ADESIVA PLASTICA TRANSPARENTE</p> <p>Material: Filme em polipropileno; Tipo: industrial adesivo termoplástico hot melt, com alta adesividade, monoface e resistência à tração; Características adicionais: Tubo central deverá ser confeccionado em papelão reciclado; Aplicação: para utilização na confecção de embalagens; Medidas: mínimo 48mm de largura x 50m de comprimento; Cor: transparente; Validade: Prazo de validade de 24 meses a contar da data de entrega pelo fornecedor ao tribunal, podendo variar a validade para menor em até 3 meses da data da entrega. O prazo de validade deve constar no tubo central do material; Unidade de medida: Rolo com 50 metros; Observação: Não serão aceitas fitas acrílicas. Para tanto o fornecedor deverá comprovar por ocasião da apresentação da proposta que o material ofertado trata-se de fita com hot melt; Código SIASG: 278982; Marca de referência: Adelbrás modelo hotmelt REF. 540.</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p> <p>Documentação exigida:</p>	unidade	5.000	8,44

	<p>1. Comprovação do critério de sustentabilidade deverá ser feita mediante apresentação ao pregoeiro por ocasião da proposta de Inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p> <p>2. Comprovação do hot melt por meio de documento do fabricante que indique tratar-se de fita com hot melt.</p>			
21	<p>FITA DUREX - TUBETE GRANDE</p> <p>Material: Filme de polipropileno transparente; Tipo: acrílico, monoface; Características adicionais: Tubo central deverá ser confeccionado em papelão reciclado; Aplicação: multiuso; Medidas: 25mm x 50m (podendo variar a largura para 24mm); Diâmetro do tubete central: 8cm; Cor: transparente; Validade: Prazo de validade de 24 meses a contar da data de entrega pelo fornecedor ao tribunal, podendo variar a validade para menor em até 3 meses da data da entrega. O prazo de validade deve constar no tubo central do material.</p> <p>Unidade de medida: Rolo com 50 metros; Código SIASG: 279001.</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p> <p>Documentação exigida: Comprovação deverá ser feita mediante apresentação ao pregoeiro por ocasião da proposta de Inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>	unidade	350	2,90
22	<p>PLASTICO BOLHA</p> <p>Material: plástico cristal virgem; Medidas: 100 metros de comprimento x 1,30 metros de largura x 40 micra de espessura; Apresentação: Bobinas com 100 metros; Prazo de validade: indeterminado.</p> <p>Unidade de medida: metro; Código SIASG: 220986 Obs.: As especificações deverão constar no corpo da embalagem do material;</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. Material confeccionado em plástico, e portanto passível de coleta seletiva.</p> <p>(ITEM PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO)</p>	metro	750	96,00
23	<p>CAIXA ORGANIZADORA</p> <p>Material: polipropileno Tipo: corrugado (tipo polionda); Gramatura: de 500gr/m²- com variação de no máximo 3%; Características adicionais: desmontável, composta por base mais tampa. Tampa: confeccionada na sua lateral em paredes duplas com duas travas. Base: totalmente desmontável, encaixada dentro da tampa e com pegadores plásticos injetados em duas laterais; Medidas aproximadas: de 485mm X 335mm X 200mm; COR: A ser definida na apresentação do pedido/nota de empenho, podendo ser amarelo, azul ou verde; Unidade de medida: unidade; Código SIASG: 378508.</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. Compra feita com apenas um item na licitação, com opção para cores após o aceite da nota de empenho, tornando o processo mais ágil; 2. Material confeccionado em plástico, e portanto passível de coleta seletiva.</p> <p>(DESMEMBRADO DO ITEM 16 – COTA RESERVADA DE 25% EXCLUSIVO ME/EPP/COOP)</p>	unidade	1.500	52,84

24	<p>PLASTICO BOLHA</p> <p>Material: plástico cristal virgem; Medidas: 100 metros de comprimento x 1,30 metros de largura x 40 micra de espessura; Apresentação: Bobinas com 100 metros; Prazo de validade: indeterminado.</p> <p>Unidade de medida: metro; Código SIASG: 220986 Obs.: As especificações deverão constar no corpo da embalagem do material;</p> <p><u>Critério de Sustentabilidade:</u> 1. Material confeccionado em plástico, e portanto passível de coleta seletiva. (DESMEMBRADO DO ITEM 22 – COTA RESERVADA DE 25% EXCLUSIVO ME/EPP/COOP)</p>	metro	250	96,00
----	--	-------	-----	-------

2.1.1 – Para os itens com cota reservada (16 e 22): Em atendimento ao item § 4º do art. 8º do Decreto 8.538/2015, no momento da aquisição serão priorizados os produtos da cota reservada (23 e 24), ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

2.2 – Do Recebimento do Objeto:

2.2.1 - Recebimento provisório: O objeto será recebido provisoriamente pela SLMC – Seção de Logística de Material de Consumo e encaminhado em até 02 (dois) dias úteis para recebimento definitivo da SGMC - Seção de Gestão de Material de Consumo.

2.2.2 - Aceite técnico: Caso haja necessidade, ato contínuo a SGMC encaminhará o processo para aceite técnico, a ser realizado em até 2 (dois) dias úteis, para as situações onde o material esteja em conformidade com o edital.

2.2.3 - Recebimento definitivo: Será efetuado pela Seção de Gestão de Material de Consumo, em até 03 (três) dias úteis após o recebimento provisório ou o aceite técnico, onde houver."

3 – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

3.1 – Da entrega:

3.1.1 – Do prazo para entrega: o prazo para entrega do objeto é de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do aceite da Nota de Empenho.

3.1.2 - Recebido o objeto, mas constatada qualquer falta/defeito/imperfeição, a Contratada deverá providenciar a correção ou substituição do material no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados do comunicado do gestor, sem quaisquer ônus adicionais à proposta.

3.1.3 - Esgotado o prazo previsto no item anterior, sem que haja correção ou substituição do material em desacordo, os dias excedentes serão considerados como de atraso na entrega, cabendo a aplicação das sanções previstas no edital.

3.1.4 - Para o caso de material recusado em razão de desacordo com as características contratadas, substituído ou não, deve ser retirado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, estes contados de notificação expressa feita pela Gestão da contratação para o recolhimento do bem, sob pena de perdimento de bens na forma do art. 1275 do Código Civil.

3.1.5 - Caso a retirada do material recusado não seja efetuada no prazo citado no item anterior, o TRE-PR poderá efetuar sua inclusão em lotes para desfazimento por doação a entidades filantrópicas.

3.1.6 - O material solicitado deverá ser entregue na sua quantidade total, sendo rejeitadas as entregas parceladas e/ou produto/marca diferente da contratada.

3.1.7 – Do local da entrega. A empresa deverá agendar a entrega na Seção de Logística de Material de Consumo pelos telefones (41) 3330-8677, 3072-4839, 3330-8335 ou 3072-4879, ou pelo e-mail slmc@tre-pr.jus.br.

3.1.7.1 - As entregas deverão ocorrer na sede do TRE-PR, em Curitiba/PR, na rua João Parolin, nº 224, bairro Prado Velho, CEP 80.220-902, sendo responsável pelo recebimento a Seção de Logística de Material de Consumo – SLMC.

3.1.7.2 - A empresa deverá efetuar a entrega do produto acompanhado da nota fiscal ou do DANFE (documento auxiliar da nota fiscal eletrônica) correspondentes, podendo efetuar o envio antecipado do documento fiscal pelo e-mail slmc@tre-pr.jus.br.

3.2 – Da sustentabilidade:

3.2.1 - O foco principal da sustentabilidade, em relação à aquisição de materiais de consumo, está na busca pelo desenvolvimento da consciência quanto à real necessidade do seu consumo.

3.2.2 - Consumir com consciência significa decidir com cuidado e atenção aquilo que se compra e usa no cotidiano. Trata-se de ser mais racional e ter conhecimento dos impactos trazidos pelo consumo de determinado item; utilizar sem desperdício, sem sobras, sem estoques desnecessários.

3.2.3 - Os critérios de sustentabilidade para cada material especificamente, quando for o caso, são os constantes nos respectivos descritivos do item 2.1 deste Termo de Referência, os quais elencamos abaixo:

- a)** Material em algodão, facilmente absorvido pelo ambiente após o descarte final, sem prejuízos ao meio ambiente;
- b)** Material com matéria-prima papel, passível de coleta seletiva;
- c)** Certificação FSC para o papel kraft utilizado na sua produção. (Selo de cadeia de custódia CERFLOR ou FSC a ser comprovado mediante envio de catálogo ou site da internet ao pregoeiro por ocasião da apresentação da proposta, ou documento que comprove o selo CERFLOR ou FSC do fornecedor ou do fabricante;
- d)** O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo;
- e)** Compra feita com apenas um item na licitação, com opção para cores após o aceite da nota de empenho, tornando o processo mais ágil.

3.3 – Das demais obrigações:

3.3.1 – Os dados referentes aos itens, quantidades, preços, marcas e modelos deverão ser idênticos aos que forem homologados no processo licitatório.

3.3.2 - A contratada deverá manter-se em situação de regularidade fiscal durante a contratação, sendo condição necessária para emissão da nota de empenho e para o envio a pagamento.

3.3.3 - A contratada deverá:

3.3.3.1 - Manter atualizados seus endereços de e-mail e telefone junto à Gestão da contratação.

3.3.3.2 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRE PR e atender prontamente às reclamações que lhe forem apresentadas, relacionadas com o fornecimento do objeto contratado.

3.3.3.3 - Entregar todo o bem em perfeito estado, sem avarias externas ou defeitos tanto de fabricação como os ocasionados eventualmente no transporte.

3.3.3.3.1 - A contratada terá seus produtos analisados, no ato do recebimento definitivo e serão recusados aqueles que não satisfizerem as especificações deste Termo de Referência.

3.3.4 - São de responsabilidade da Contratada todos os encargos, tributos e despesas necessárias ao transporte e a entrega do objeto em perfeito estado de fornecimento, devendo este ser de primeira qualidade, obedecendo à garantia legal e às demais normas do Código de Defesa do Consumidor.

4 – DA PROTEÇÃO DE DADOS

4.1 – É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

4.2 – As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.

4.3 – As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

4.4 – Em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato terá acesso aos dados pessoais dos representantes da

LICITANTE/CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação.

4.5 – A LICITANTE/CONTRATADA/DETENTORA DA ATA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

4.6 – A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

5 – DA GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1 - A fiscalização e a gestão da contratação serão realizadas por servidores formalmente designados para esse fim, em consonância com o artigo 67, parágrafos 1.º e 2.º: da Lei nº 8.666/93.

5.1.1 - As atribuições do gestor são: representação junto ao fornecedor quando das ocorrências de atraso, inadimplemento, desacordo de materiais em relação ao contratado, emissão de atestado de recebimento definitivo e abertura de processo administrativo sancionador, quando necessário.

5.1.2 - As atribuições do fiscal são: recebimento provisório do material em depósito, conferência das quantidades e características dos materiais em relação ao contratado, recebimento do documento fiscal e emissão de atestado provisório de recebimento.

6 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 - Os licitantes deverão cotar os preços dos bens, seguindo rigorosamente as especificações solicitadas, abstendo-se de cotar aquelas que não puderem atender às condições do edital.

6.2 - Nos valores cotados deverão estar incluídas todas as despesas, tais como fretes, despesas com empregados, equipamentos, veículos, combustíveis, seguros, tributos, dentre outros, que comporão o preço final da proposta do certame.

6.3 - Dúvidas relativas ao conteúdo deste Termo de Referência poderão ser sanadas junto à SGMC – Seção de Gestão de Material de Consumo, com Lillian ou Marilene pelos telefones: (41) 3330-8788, 3330-8991, 3072-4816, e 3072-4815 – e-mail: sgmc@tre-pr.jus.br .

ANEXO II

“MINUTA”

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº .../2021

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, situado na Rua João Parolin nº 224 - Parolin, Curitiba-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 03.985.113/0001-81, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, nos termos da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/02, dos Decretos nº 10.024/2019, nº 7.892/13 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº xx/2021 (PAD 15.349/2020), RESOLVE registrar o(s) preço(s) ofertado(s) pelo Fornecedor abaixo:

Empresa:
CNPJ:
Nome do representante legal:
RG nº
CPF nº
Endereço completo:
CEP:
Inscrição Estadual/Municipal:
Telefone:
E-mail:
Banco:
Agência:
Nº Conta Corrente:

Conforme quadro a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	Marca	QTD	PREÇO UNITÁRIO (R\$)

1. DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **registro de preços para aquisição de materiais de consumo, na categoria ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM**, visando atender às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, conforme o edital, as especificações e condições do Termo de Referência e a proposta de preços apresentada, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte deste instrumento, naquilo que não o contrarie.

2. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1 - Constituem obrigações do **órgão gerenciador**:

- a) notificar o fornecedor registrado quanto à requisição do objeto mediante o envio da nota de empenho, a ser repassada via e-mail ou retirada pessoalmente pelo fornecedor:
 - a.1) a nota de empenho equivalerá a uma ordem de fornecimento;
- b) permitir ao fornecedor o acesso ao local da prestação de serviço, desde que observadas as normas de segurança;
- c) notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada na prestação do serviço;
- d) efetuar os pagamentos devidos observadas as condições estabelecidas nesta Ata;
- e) promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

2.1.1 - Esta ata não obriga o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná a firmar contratação com o fornecedor cujos preços tenham sido registrados, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.

2.2 - Constituem **obrigações do fornecedor**:

- a) assinar esta Ata no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da convocação.
- a) fornecer o objeto conforme especificação e preço registrados;
- b) observar as condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I;
- c) prestar os serviços solicitados nos prazos máximos estabelecidos no Termo de Referência – Anexo I.
- d) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
- e) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante(s) ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- f) cumprir as demais condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 – Esta Ata de Registro de Preços tem vigência de 12 (doze) meses, contados da data registrada no SIASG.

3.2 – Não será permitida adesões à esta Ata de Registro de Preços.

4. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - O gerenciamento da Ata de Registro de Preços será feito por servidor formalmente designado para este fim, que determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (art. 67 §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/93) e notificará a autoridade superior, quando necessário, para as providências devidas.

4.2 – O fiscal/gestor terá autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle junto à Contratada, cabendo ordenar a correção quanto ao fornecimento efetuado em desacordo com as especificações constantes no objeto.

4.3 - O gestor será responsável em comunicar a Contratada, fixando prazos para solucionar problemas, correções dos defeitos ou irregularidades encontradas no fornecimento e/ou prestação dos serviços ora contratados, sob pena de responsabilização administrativa.

4.4 - Se a inexecução persistir, o gestor deverá criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhar à Secretaria de Administração devidamente instruído do comunicado acima e do formulário específico devidamente preenchido, referentes a intenção de abertura de Processo Administrativo.

5. DA VARIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1 - O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de legislação federal e nas condições desta. Desta forma, os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 01 (um) ano.

5.2 - A atualização monetária somente poderá ocorrer se houver atraso no pagamento motivado pela Administração do TRE.

5.3 - A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro por meio da planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado.

5.3.1 - Para a concessão da revisão dos preços, a(s) empresa(s) deverá(ão) comunicar ao TRE a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

5.3.2 - Caso o TRE já tenha emitido a(s) nota(s) de empenho respectiva(s) para que a Contratada realize a entrega dos materiais e a empresa ainda não tenha realizado o pedido de revisão de preços, este não incidirá sobre o(s) pedidos já formalizados e empenhados.

5.4 - O Contratante terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos.

5.4.1 - Durante esse período a(s) contratada(s) deverão efetuar as entregas dos pedidos pelos preços registrados e nos prazos especificados em cada item,

mesmo que a revisão seja julgada procedente pelo TRE. Nesse caso, o TRE procederá ao reforço dos valores pertinentes aos bens empenhados após o pedido de revisão.

5.4.2 - O não cumprimento da entrega nas condições estabelecidas poderá implicar a pena de impedimento do direito de licitar.

5.4.3 - A(s) Contratada(s) obrigam-se-ão em realizar as entregas pelo(s) preço(s) registrado(s) caso o pedido de revisão seja julgado improcedente.

6. DAS SANÇÕES

6.1 - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas do presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV, art. 87 da Lei nº 8666/93 e artigo 7º da Lei nº 10520/2002:

a) Advertência, para faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

b) Multas, cuja base de cálculo será o valor do item empenhado:

b.1) Multa moratória de 0,5% (meio por cento) ao dia pelo atraso na entrega, limitado a 30 (trinta) dias.

b.1.1) Excepcionalmente, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, caso presente o interesse público, a Administração poderá aceitar a entrega do objeto, sem prejuízo da incidência da multa prevista no item b.1.

b.1.2) A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, caso o gestor considere que a mora tornou inservível o cumprimento da obrigação, multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do item e rescisão por inexecução contratual.

b.2) Multa compensatória de 20% (vinte por cento) pelo inadimplemento total, caracterizado pela não entrega do(s) item(ns).

b.3) Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o eventual inadimplemento a outras obrigações pactuadas.

c) Impedimento de licitar e contratar com a União (art. 7º, Lei nº 10.520/02).

6.2. Enquanto pendente processo administrativo para aplicação de multa, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná poderá reter parte dos valores previstos em nota fiscal para garantir o adimplemento da penalidade.

6.3 - As multas e os prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos em favor da contratada ou, não havendo possibilidade, deverão ser recolhidos em favor da União, no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

6.4 - As multas imputadas à Contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia¹ e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas

¹ Artigo 1.º, inciso I da Portaria n.º 75 do Ministério da Fazenda (atual Ministério da Economia), publicada em 22/03/2012.

com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

7. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - O registro do fornecedor será cancelado, pelo órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

- I. descumprir as condições desta ata de registro de preços bem como do edital e seus anexos;
- II. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV. sofrer sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993](#), ou no [art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002](#).

7.2 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I - por razão de interesse público;
- II - a pedido do fornecedor.

7.3 - O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.4 - A comunicação do cancelamento do registro do fornecedor, nos casos previstos no inciso I do item 8.1, será feito por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.5 - No caso do fornecedor encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação, no Diário Oficial da União, considerando-se cancelado o registro do fornecedor, a partir do 5º dia útil, a contar da publicação.

7.6 - A solicitação do fornecedor para cancelamento do registro de preço, não o desobriga do fornecimento dos bens/prestação dos serviços até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

8. DO FORO

8.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba-PR. para dirimir as dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

Curitiba/PR, ____ de _____ de 2021.

(Assinatura Representante legal)
Nome:
CARGO:

Dr. VALCIR MOMBACH
Diretor Geral do TRE/PR